



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Desenvolvimento econômico e social

O ciclo de governos do PT: retorno ao desenvolvimentismo?

Márcia Pereira da Silva Cassin¹

Resumo

Este trabalho se propõe ao objetivo de desenvolver uma análise preliminar sobre as transformações operadas no ciclo de doze anos de governos petistas e seus rebatimentos sobre a consciência de classe dos trabalhadores. Para tanto, buscou-se apontar o panorama econômico e social presente no país desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal a fim de verificar a (in)viabilidade teórica da hipótese do propalado neodesenvolvimentismo. Em seguida, é feita uma breve reflexão sobre o uso das políticas sociais minimalistas na construção de um consenso que possibilitou a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores. Neodesenvolvimentismo. Apassivamento.

Abstract

This paper proposes the goal of developing a preliminary analysis of the transformations in the twelve-year cycle of PT governments and their repercussions on the class consciousness of the workers. Therefore, we attempted to point out the economic and social landscape in this country since the rise of the Workers' Party to the Federal Government in order to verify (un) feasibility of theoretical hypothesis publicized neo-developmentism. Then is a brief reflection on the use of minimalist social policies in building a consensus that enabled the consolidation of bourgeois hegemony in Brazil.

Keywords: Workers' Party. Neo-developmentism. Passivating.

1 INTRODUÇÃO

A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, em 2003, não representou uma ruptura com a política macroeconômica conduzida pelos governos precedentes. Ao contrário, foi o período em que o capital registrou um de seus mais altos ganhos na história do país. Desde seu primeiro mandato, o presidente Lula da Silva tratou de reverter todas as expectativas depositadas pela classe da qual emergiu, consolidando uma histórica

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

contradição entre o projeto defendido pelo PT nos anos 1980 e o que de fato foi posto em prática no governo, um verdadeiro processo de transformismo, ou uma “[...] metamorfose da consciência de classe” (IASI, 2012).

Vivenciamos um ciclo onde as políticas sociais estão sendo desenvolvidas de forma focalizada e dirigida à erradicação da miséria absoluta. Os indicadores desenham um quadro de melhorias na condição de vida da população mais empobrecida. Desde 2003, a pobreza caiu mais de 30% e cerca de 21,8 milhões de pessoas conseguiram ultrapassar a linha da pobreza extrema.

Diante deste quadro, abrem-se duas possibilidades de interpretação: estaríamos caminhando para um longo processo de ampliação da cidadania e dos direitos sociais mediante um conjunto de medidas ancoradas em um pretenso neodesenvolvimentismo que conduziriam à realização de um Estado de bem-estar social; ou, por outro lado, o uso político das políticas sociais na amenização das manifestações mais aparentes da questão social teria conduzido a um desarmamento ideológico da classe trabalhadora por meio da cooptação das frações mais miseráveis, encerrando o ciclo da Revolução Burguesa no Brasil.

Parte-se da hipótese de que as políticas sociais na atual conjuntura política cumprem com o objetivo de atenuar os conflitos sociais e garantir a governabilidade do PT por meio da conquista de uma base eleitoral composta pelos segmentos que possuem uma renda mensal de até dois salários mínimos (SINGER, 2012). O Partido dos Trabalhadores alcançou sua hegemonia graças à conciliação de interesses contraditórios; garantindo o lucro dos empresários e banqueiros, aumentando o emprego e a capacidade de consumo e melhorando a condição material de vida dos indivíduos mais pauperizados. Por meio deste consenso, o PT se converteu no protagonista da consolidação da hegemonia burguesa no Brasil (IASI, 2014).

2 O PT E A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA

No ano de 2002, antes mesmo de sua eleição, Lula assinou uma *Carta ao Povo Brasileiro* com o objetivo de acalmar os ânimos do mercado e dos investidores financeiros, afirmando que os contratos seriam respeitados e a inflação mantida sob

controle, comprometendo-se a dar plena continuidade à política econômica herdada do Consenso de Washington: metas de inflação, ajuste fiscal permanente e câmbio flutuante. A prioridade inicial do governo Lula foi recuperar a estabilidade monetária e fiscal² e, nesse sentido, 2003 começou com a adoção de uma série de medidas restritivas. O FMI havia exigido à época uma meta para o superávit de 3,75% e o governo chegou a ceder 5,13% no primeiro ano (CASTELO, 2013b, p. 123). Em contrapartida, o PIB desacelerou de 2,7% em 2002 para 1,1% em 2003. A inflação teve uma queda de 12,5% para 9,5% no mesmo período (BARBOSA, 2013).

Em 2003, o governo promoveu a reforma da previdência, com o objetivo de diminuir o déficit dos servidores públicos em relação ao PIB. Para tal, a reforma centrou-se em três principais medidas: elevação do valor do teto para contribuição ao INSS; a introdução da idade mínima para os servidores públicos de 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens; e a contribuição previdenciária compulsória de 11% por parte dos servidores inativos. Tal iniciativa pode ser considerada uma contrarreforma, pois representou um grande retrocesso no campo dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores.

No que concerne ao combate à pobreza, criou-se em 2003 o Programa Fome Zero, o qual foi aperfeiçoado em 2004 com a regulamentação do Programa Bolsa Família, que surgiu da unificação dos programas federais Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. Com a proposta de proteger o grupo familiar, o programa realiza uma transferência incondicional de renda para as famílias extremamente pobres, e transferências condicionais para famílias pobres que tenham em sua composição crianças e jovens de até 18 anos de idade, gestantes e nutrizes. Possibilita o suprimento das necessidades vitais do indivíduo e uma melhoria da alimentação, bem como o pagamento de pequenas despesas cotidianas, como material escolar, roupas e medicamentos.

² “No governo de Fernando Henrique Cardoso, a dívida pública — metade da qual avaliada em dólares — tinha dobrado, e o déficit em conta de então era duas vezes a média da América Latina, as taxas de juros nominais estavam acima dos 20%, e a moeda havia perdido metade do seu valor na corrida eleitoral¹. A Argentina havia declarado o maior calote da história e aos olhos do mercado financeiro o Brasil parecia à beira do mesmo precipício” (ANDERSON, 2011, p. 24).

A partir de 2004, o quadro econômico apresentou um crescimento moderado, com a elevação do PIB para 5,7%, uma média de crescimento de 3,3% ao ano. O desemprego e a taxa de inflação também caíram nesse período e o superávit primário permaneceu com uma elevação substancial. Esse desempenho econômico se deveu, em grande medida, à presença de uma conjuntura internacional favorável (BARBOSA, 2013; FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). Ao final de 2005, o Governo Lula encerra a dívida com o FMI, mediante o pagamento de 23 bilhões de dólares.

No ano eleitoral de 2006, houve um aumento do valor real do salário-mínimo de 14%, em decorrência da realização de uma política de valorização do salário mínimo que estabeleceu reajustes anuais. Houve também um maior investimento em infraestrutura, com a criação da Operação Tapa-buracos – destinada a promover o reparo das rodovias – e, posteriormente o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), já no segundo mandato de Lula, em 2007. O PAC consiste em uma série de investimentos voltados à infraestrutura e energia, especialmente ao incentivo da exploração e produção de petróleo. Tais iniciativas fizeram parte de uma política macroeconômica de crescimento da economia, que teria conseguido elevar o PIB de 4% em 2006 para 6,1% em 2007 (BARBOSA, 2013).

A crise financeira internacional do final de 2008 impactou a economia brasileira com a queda do PIB para 5,1%. As estratégias de enfrentamento à crise no Brasil passaram pela aplicação de cinco principais medidas:

[...] (1) o aumento da liquidez e redução da taxa Selic; (2) a manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos mesmo em um contexto de queda da receita do governo; (3) as desonerações tributárias temporárias e permanentes; (4) o aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos; e (5) o aumento do investimento público em habitação (BARBOSA, 2013, p. 81).

Em relação à última medida destacada pelo autor, cabe ressaltar a criação do programa de investimento habitacional Minha Casa Minha Vida, em 2009, destinado a ampliar o acesso da população de baixa renda à moradia. O programa iniciou a construção de um milhão de unidades habitacionais em 2009 e 2010, estimulando o crescimento da construção civil. Conforme Barbosa, a lógica foi estimular o crescimento de um setor

muito intensivo em trabalho e pouco intensivo em importações como instrumento de geração de emprego e renda.

O conjunto de ações empreendidas pelo governo no enfrentamento à crise resultou em uma rápida recuperação da economia do país. No ano de 2010, o PIB alcançou um crescimento de 7,5%, com um índice de crescimento médio da economia de 3,3% ao ano. Em 2011, já no governo de Dilma Rousseff, registrou-se uma desaceleração do ritmo de crescimento de 1,8% do PIB, em decorrência de uma retração do investimento e queda do consumo. Entretanto, apesar da recessão econômica, o superávit primário foi de 35% do PIB da economia entre 2011 e 2012 (BARBOSA, 2013).

O governo Dilma intensificou as ações de combate à pobreza com a ampliação do Programa Bolsa Família através da criação do Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso. Em 2011 foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que visa à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

A combinação de crescimento econômico aliado à transferência de renda permitiu uma melhoria nas condições de vida da população mais empobrecida. De acordo com Pochmann (2013), nos governos de Lula e Dilma, 21,8 milhões de pessoas conseguiram ultrapassar a linha da pobreza extrema. Na visão do autor, este fato se deu graças à retomada de um projeto nacional de desenvolvimento que teve na política social um de seus principais pressupostos. O crescimento dos empregos e ampliação da renda das famílias, sobretudo daquelas situadas na base da pirâmide social, foram os pilares do projeto do governo para a recuperação econômica do país.

Nas palavras do ex-presidente Lula, em entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili:

Aqueles que ironizavam o Programa Bolsa Família, [...] o aumento do crédito para a agricultura familiar, [...] o programa Luz pra Todos e todas as outras políticas sociais, aqueles que ironizavam dizendo que era esmola, que era assistencialismo, perceberam que foram milhões de pessoas, cada uma com um pouquinho de dinheiro na mão, que começaram a dar estabilidade à economia brasileira, fazendo com que ela crescesse, gerasse mais emprego e renda (SILVA, 2013, p. 11).

Conforme Pochmann, a pobreza caiu mais de 30% desde 2003 e o Brasil conseguiu voltar ao leito da forte ascensão social para milhões de brasileiros, após mais

de duas décadas de congelamento das oportunidades educacionais, de renda e ocupação. O gasto social tornou-se o multiplicador da incorporação pelo mercado de consumo, numa estratégia de “[...] distribuir para ampliar os horizontes da economia e fazer crescer mais rapidamente a renda para redistribuí-la menos desigualmente” (POCHMANN, 2013, p. 155).

Ainda segundo o autor, somente entre 2005 e 2008, 11,7 milhões de brasileiros abandonaram a condição de menor renda, enquanto 7 milhões de indivíduos ingressaram no segundo estrato de renda e 11,5 milhões de indivíduos ingressaram no estrato superior da renda, conformando um “padrão de mudança social” caracterizado pela inédita combinação do crescimento da renda nacional per capita com a redução da desigualdade pessoal na renda.

Há que se registrar, contudo, que se os governos do PT promoveram uma modesta melhoria na vida da classe trabalhadora, o mesmo não se pode dizer dos ganhos obtidos pela burguesia financeira que, para lá de modestos, foram exorbitantes. Segundo os dados apresentados por Castelo (2013b), durante os oito anos de mandato do governo Lula, os lucros de nove bancos bateram recordes, contabilizando R\$ 174 bilhões, enquanto nos anos FHC o resultado foi de R\$ 19 bilhões. O índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu 523% no período 2003-2010 e os dividendos pagos aos acionistas cresceram de 57,4 bilhões em 2008 para 94,3 bilhões em 2011 (CASTELO, 2013b).

Em 2013, ao completar dez anos de governo, o Partido dos Trabalhadores apresentou um balanço de sua gestão, indicando uma suposta ruptura com o neoliberalismo e a transição para um novo modelo desenvolvimentista. A década de governos petistas é considerada neste documento como “o decênio que mudou o Brasil”, ou “o decênio glorioso”.

No decênio que se iniciou em 2003, o Brasil mudou de rota. A Frente Democrática e Popular, integrada pelo PT e um grupo de partidos aliados, constituiu uma nova maioria política em que a inclusão social de todos os brasileiros se tornou almejada e alavanca básica do desenvolvimentismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013, p. 16).

A hipótese de que a atual conjuntura econômica se caracteriza pela presença de um novo padrão de desenvolvimento ou neodesenvolvimentismo, foi assumida não

somente pelos líderes do PT, como também por vários pesquisadores e intelectuais do pensamento econômico brasileiro. A inflexão operada no segundo mandato do governo Lula, com uma modesta retomada do crescimento econômico, aumento real do salário-mínimo e da capacidade de consumo, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, bem como a capacidade de superação da crise internacional, dá substância à ideia de que o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento.

Para Sampaio Jr. (2012), esta corrente de pensamento busca uma terceira via entre o que consideram o grave problema do neoliberalismo — a cumplicidade com o rentismo — e as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo — o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. Nesse sentido, o desafio seria uma conciliação entre os aspectos positivos do neoliberalismo — como o equilíbrio fiscal, competitividade e associação ao capital internacional — e o crescimento econômico, industrialização e o papel regulador do Estado, típicos do nacional-desenvolvimentismo.

Acrescenta o autor:

Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versão *ultra light* da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro. O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social. Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia. Procura-se o segredo da quadratura do círculo que permita conciliar crescimento e equidade (SAMPAIO JR., 2012, p. 680).

Segundo Sampaio Jr., o desenvolvimentismo é uma expressão ideológica de uma época totalmente distinta e oposta ao que se pretende identificar como neodesenvolvimentismo. Trata-se de uma tentativa de “[...] dar roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo fraco do sistema capitalista mundial” (SAMPAIO JR., 2012, p. 672).

Ao se limitar à superfície dos fenômenos, o neodesenvolvimentismo encobre os reais limites históricos presentes na sociedade brasileira que constituem entraves à expansão e desenvolvimento do mercado interno, de forma que “[...] é uma ingenuidade imaginar que a ordem global possa ser rompida pelas ‘beiradas’, pois a institucionalidade

liberal funciona como uma amarra muito bem urdida, que prende o país cada vez mais nas garras do capital financeiro” (SAMPAIO JR., 2012, p. 683). Para o autor, enquanto o desenvolvimentismo supunha a presença de sujeitos políticos dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio, os neodesenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas, enfim, do *status quo*.

Nesse sentido, conclui o autor:

Existe, portanto, uma incongruência absoluta entre o que o neodesenvolvimentismo pensa ser — uma alternativa qualitativa de desenvolvimento capaz de resolver os problemas renitentes da pobreza e da dependência externa — e o que é de fato: apenas uma nova versão da surrada teoria do crescimento e da modernização acelerada como solução para os problemas do Brasil. Nada mais do que isso. Além de seu papel nas lutas intestinas da burocracia que comanda a política econômica, o “neodesenvolvimentismo” cumpre uma dupla função como arma ideológica dos grupos políticos entrincheirados nas estruturas do Estado: diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de “neoliberal” e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas (SAMPAIO JR., 2012, p. 685).

Gonçalves (2012) define a experiência de desenvolvimento operada no Governo Lula como um “desenvolvimentismo às avessas”, pois o que se constatou foi a ausência das transformações estruturais que caracterizaram o período desenvolvimentista. Ou seja, os elementos típicos do desenvolvimento foram invertidos, resultando em uma desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimarização de importações, desnacionalização, perda de competitividade internacional etc. Além disso, se o desempenho econômico de FHC foi medíocre, o de Lula e Dilma foi fraco, se comparado a outros países e a outros momentos históricos. O conjunto destes fatores, na visão do autor, deslegitima o argumento de que o projeto em curso se caracteriza como um neodesenvolvimentismo.

Rodrigo Castelo (2013a) defende a tese de que a dinâmica econômica contemporânea se constitui pelo chamado “social-liberalismo”, que seria a segunda fase do neoliberalismo. Diante do fracasso dos resultados obtidos pela adoção do projeto neoliberal em um primeiro momento – expresso pelo déficit nas contas públicas, pelo aumento descontrolado da inflação e pelo acirramento dos índices de pobreza e desigualdade – tornou-se necessário a aplicação de um suave ajuste em sua direção estratégica.

Nesse sentido, o FMI e o BIRD propuseram medidas corretivas de promoção de reformas estruturais.

A partir da correção de rumo dos programas de ajuste propugnados pelas agências multilaterais de desenvolvimento, os projetos de refuncionalização do Estado ganharam uma nova configuração: se antes das medidas corretivas defendia-se – pelo menos no plano da retórica – um aparato estatal mínimo, o Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais (CASTELO, 2013a, p. 244).

Partindo dessa perspectiva, entende-se que o conjunto de reformas adotadas pelos governos do PT faz parte de uma tendência inevitável ditada pelos organismos internacionais na tentativa de “reciclar” o receituário-ideal do neoliberalismo e reverter o mal-estar generalizado que começou a ser sentido pelas classes subalternas diante da situação de deterioração social trazida por este projeto. Portanto, a oferta de programas sociais compensatórios, como o Bolsa Família, que se tornou uma marca indelével do governo Lula, provavelmente ocorreria caso o candidato do PSDB, José Serra, alcançasse a presidência nas eleições de 2002. A tendência de ampliar o gasto social direcionado aos programas de transferência de renda e erradicação da miséria absoluta seria efetivada, independente do caráter do governo.

De acordo com Singer (2012), Lula teria optado por um caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior e ao reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002. Dessa forma, teria conseguido alcançar o apoio do subproletariado, que sempre almejou um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem, consolidando um “reformismo fraco”, nos moldes de uma revolução passiva. Ou seja, a reforma ocorreu sem a mobilização da principal base eleitoral de Lula, os subproletários – especialmente do Nordeste, que é a região mais empobrecida – haja vista o esforço do governo em esvaziar o conteúdo ideológico desse processo e desarmar os conflitos de classe, buscando a conciliação por meio do atendimento de interesses sociais contraditórios.

Singer acredita que a figura da “grande personalidade” encarnada por Lula é central, tal como o foi Bismarck na Alemanha e Bonaparte na França de meados do século

XIX, representando a posição do patriarca acima dos conflitos entre classes. Este seria um dos sentidos do “lulismo”.

A cooptação dos segmentos mais pauperizados da população, os subproletários, na visão de Singer, permitiu um processo de “realinhamento eleitoral”, pois a base eleitoral de Lula migrou das frações mais escolarizadas e progressistas do Sudeste para a massa dos indivíduos que tiveram melhorias em suas condições materiais de vida, por meio de programas como o Bolsa Família. A identificação desta camada mais empobrecida da população com a figura de Lula permitiu a continuidade do projeto lulista pelo menos até este ano, com a vitória de Dilma em 2010, que foi eleita majoritariamente pela fração dos indivíduos que contam com uma renda familiar mensal de até dois salários mínimos.

Acrescenta o autor:

Mas, se está claro um dos possíveis sentidos do lulismo, cabe apontar o tipo de contradição que o acompanharia: ao promover um reformismo suficientemente fraco para desestimular conflitos, ele estende no tempo a redução da tremenda desigualdade nacional, a qual decai de modo muito lento diante do seu tamanho, em compasso típico dos andamentos dilatados da história brasileira (escravatura no império, política oligárquica na República, coronelismo na modernização pós-1930) (SINGER, 2012, p. 11).

Florestan Fernandes (2005) enfatiza que a revolução burguesa no Brasil não seguiu uma via clássica na qual a burguesia se alia ao proletariado para pôr fim ao Antigo Regime. Ao contrário, a burguesia se aliou aos setores dominantes da sociedade, consolidando uma revolução “dentro da ordem” e “a partir de cima” (FERNANDES, 2005, p. 244). Em virtude deste fato, a revolução burguesa no Brasil não realizou suas tarefas democráticas e nacionais, mas cumpriu a função de legitimar o desenvolvimento do capitalismo interno. De acordo com Fernandes, a democracia burguesa torna-se uma “[...] democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (2005, p. 249).

Os setores que têm acesso à dominação burguesa, por sua vez, são uma minoria de privilegiados. Como nos recorda o autor, “certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para ‘a transformação capitalista’ e a ‘revolução nacional e democrática’” (FERNANDES, 2005, p. 251). Assim, a revolução burguesa assumirá o caráter de uma “contrarrevolução preventiva” no sentido de antecipar as

revoltas do proletariado e legitimar a ordem burguesa. O Estado adquirirá uma forma autocrática ou uma “ditadura de classe preventiva” (FERNANDES, 2005, p. 368).

A “autocracia burguesa”, como denomina o autor, só poderá se manter numa condição transitória. Portanto, o Estado autocrático precisará forjar outras estratégias para manter sua legitimação sobre os “de baixo”, compondo o que Fernandes designou como “democracia de cooptação” (FERNANDES, 2005, p. 416). Neste quadro, o Estado burguês buscará prevenir as revoltas populares por meio do apassivamento e controle da classe trabalhadora, promovendo ações minimalistas no sentido da garantia de direitos e concedendo algumas conquistas progressistas para que o metabolismo da acumulação capitalista permaneça inalterado.

De acordo com Iasi (2014), o PT resolveu o impasse da burguesia e da ordem burguesa no Brasil. Relembrando a tese de Fernandes – qual seja, da impossibilidade de a burguesia prosseguir governando nos limites de uma autocracia dirigida pelo pacto burguês/oligárquico e, portanto, da necessidade de incorporação dos de baixo através de uma democracia de cooptação – Iasi afirma que o PT ofereceu a saída para este problema, na medida em que conseguiu organizar um consenso³ em torno de uma alternativa que garante os patamares de acumulação de capitais e o apassivamento dos trabalhadores por meio do aumento de emprego e capacidade de consumo para os empregados e programas sociais compensatórios, focalizados e neoassistenciais para os miseráveis.

Assim, de acordo com Iasi, teríamos finalmente transitado de uma dominação burguesa “sem hegemonia” para uma forma de dominação burguesa “com hegemonia”. Em outros termos:

[...] o preço da governabilidade e do aparente sucesso de governo é o desarme das condições políticas, organizativas e de consciência de classe que poderiam apontar para uma ruptura com a ordem do capital. O que presenciamos aqui é, paradoxalmente, o fato que a experiência do PT se não levou à meta socialista suposta inicialmente, cumpriu factualmente uma outra tarefa: encerrou o ciclo de consolidação da revolução burguesa no Brasil (IASI, 2014, p. 34).

³ Disse Lula na mesma entrevista citada anteriormente: “Eu tive uma relação extraordinária, do catador de papel aos bancos, aos empresários. Eu mantive uma relação civilizada com todos os segmentos da sociedade. Nunca deixei de falar em nenhum discurso: ‘Eu governo para todos, mas o meu olhar preferencial é para a parte mais pobre da sociedade brasileira’” (SILVA, 2013, p. 19).

O Partido dos Trabalhadores, criado sob a perspectiva do horizonte socialista e da emancipação humana acabou por se converter no protagonista da consolidação da ordem burguesa no Brasil. Este fato não teria se concretizado sem o papel central conferido às políticas sociais minimalistas na conquista da governabilidade e da cooptação das classes subalternas.

3 CONCLUSÃO

Com base nas análises apresentadas, entende-se que as mudanças sociais e econômicas adotadas pelos mandatos de Lula e Dilma não tiveram como pretensão a diminuição da histórica desigualdade social e concentração de renda presentes no país, muito menos a retomada de um projeto de soberania nacional, mas se enquadram no conjunto de medidas ditadas pelas determinações da atual fase do capitalismo financeiro – iniciadas com FHC e aprofundadas nos governos do PT. A aparência de um desenvolvimento social e econômico esconde a essência de uma ideologia burguesa que visa garantir sua hegemonia e a hegemonia do grande capital mediante a cooptação e apassivamento dos trabalhadores.

O papel central conferido às políticas sociais, especialmente aos programas de transferência de renda, na ampliação da renda das famílias – como parte de uma estratégia de recuperação econômica do país – permitiu a conquista do apoio das frações mais miseráveis da população, que se tornaram a base eleitoral do PT nos últimos anos. A cooptação deste segmento contribuiu para a organização de um consenso entre os empresários e banqueiros – cujos lucros e patamares de acumulação permaneceram assegurados – e as classes subalternas, que tiveram uma melhoria em suas condições materiais de vida.

Este consenso possibilitou um desarme político e ideológico da consciência de classe dos trabalhadores, garantindo a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. A base desta estratégia assentou-se em um “reformismo fraco”, expresso na focalização das ações sociais destinadas ao combate à pobreza absoluta aliada ao crescimento econômico por meio do aumento da produção e do consumo.

O enfrentamento da questão social por parte do Estado via políticas sociais se converteu em uma estratégia política de governabilidade e apassivamento dos trabalhadores. O acesso aos direitos constitucionais se torna cada vez mais restrito e burocrático, voltado ao atendimento das necessidades mínimas dos indivíduos mais pauperizados. O projeto em curso apresenta a redução da miséria absoluta como um grande avanço no processo de ampliação da cidadania, encobrendo o fato de que a histórica desigualdade social do país não se reduz, desmobilizando, portanto, a luta daqueles que poderiam apontar para a construção de uma ordem societária significativamente diferente, para além do capital.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.) **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir. (org) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013a.
- _____. O canto da sereia: social liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 119-139, 2013b.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, 2012.
- IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. **O PT e a Revolução Burguesa no Brasil**. Mimeo. 2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **O decênio que mudou o Brasil**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Instituto Lula/Fundação Perseu Abramo, 2013.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir. (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível (entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). In: SADER, Emir. (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.